

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO
MUNICÍPIO DE VIÇOSA/MG**

PARECER MENSAL

do Comitê de Investimentos

Elaborado pelo Comitê de Investimentos, do
Instituto de Previdência dos Servidores
Públicos do Município de Viçosa-MG,
nomeado pela portaria nº 02/2026.

MUNICÍPIO DE VIÇOSA-MG

SUMÁRIO

1. DA CONTEXTUALIZAÇÃO.....	3
2. DO OBJETO	3
3. DA BASE DOCUMENTAL	3
4. DO DESEMPENHO DA CARTEIRA.....	4
5. DA ANÁLISE DO RISCO.....	5
6. DO CENÁRIO ECONÔMICO.....	5
7. DA JUSTIFICATIVA DA PERFORMANCE	6
8. DO ENQUADRAMENTO NORMATIVO	7
9. DILIGÊNCIA DOS INVESTIMENTOS (DUE DILIGENCE)	7
10. DA DELIBERAÇÃO	8
11. DAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA E CONTROLES INTERNOS	9
12. DA CONCLUSÃO	9
13. DAS RECOMENDAÇÕES.....	10
14. DOS ENCAMINHAMENTOS	10
15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.....	11



COMITÊ DE INVESTIMENTOS

PORTARIA Nº 02/2026

PARECER TÉCNICO MAIO/2026**1. DA CONTEXTUALIZAÇÃO**

O presente parecer técnico refere-se à análise mensal da carteira de investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Viçosa/MG, relativa ao mês de maio de 2026, conforme deliberações realizadas na 180ª Reunião do Comitê de Investimentos, ocorrida em 22 de junho de 2026.

A presente avaliação insere-se no contexto das atribuições do Comitê de Investimentos, no âmbito da governança do RPPS, visando subsidiar a tomada de decisões com base em critérios técnicos, normativos e atuariais.

2. DO OBJETO

Em continuidade, constitui objeto deste parecer a análise técnica da carteira de investimentos do RPPS, contemplando a avaliação de desempenho, risco, enquadramento normativo, aderência à Política de Investimentos vigente e compatibilidade com as obrigações atuariais do regime.

Para tanto, a análise fundamenta-se em base documental específica, conforme detalhado a seguir.

3. DA BASE DOCUMENTAL

A presente análise foi elaborada com base em documentos técnicos e gerenciais que asseguram a rastreabilidade das informações e a fundamentação das decisões adotadas pelo Comitê, destacando-se os seguintes documentos:

- Relatório mensal de investimentos;
- Parecer da assessoria de investimentos;
- Política de Investimentos vigente;
- Avaliação atuarial do exercício;
- Lâmina do fundo CAIXA TOPÁSIO CORPORATIVO RESPONSABILIDADE LIMITADA FI RENDA FIXA REFERENCIADO LP, CNPJ: 11.061,230//0001-87
- Questionário Padrão Anbima Due Diligence Para Fundos De Investimento e demais documentos de credenciamento.

A partir dessa base documental, procede-se à avaliação do desempenho da carteira de investimentos.



4. DO DESEMPENHO DA CARTEIRA

Com fundamento nos documentos analisados, especialmente no relatório mensal de investimentos, procede-se à avaliação do desempenho da carteira do Instituto, no período de referência, considerando sua evolução patrimonial, rentabilidade e aderência à meta atuarial.

Em consonância com a análise da base documental, verificou-se que o patrimônio da carteira de investimentos totalizou R\$ 165.182.119,95, apresentando rentabilidade nominal negativa de -0,3496%, correspondente a resultado financeiro negativo de R\$ 581.904,74. No mesmo período, a meta atuarial apurada alcançou 1,0377%, resultando em atingimento negativo equivalente a -33,6923% da meta mensal estabelecida. Durante o mês foram realizadas aplicações no montante de R\$ 3.376.663,96 e resgates no valor de R\$ 672.597,94.

A alocação da carteira de investimentos, no mês analisado, encontrava-se assim distribuída:

- Títulos Públicos de emissão do Tesouro Nacional, Art. 7º, inciso I: R\$ 75.886.834,42, correspondente a 45,9413% do patrimônio líquido do Instituto;
- Renda Fixa (SELIC), Art. 7º, inciso III: R\$ 3.391.634,72, correspondente a 2,0533%;
- Fundos de Renda Fixa (CVM), Art. 7º, inciso V: R\$ 49.515.280,60, correspondente a 29,9762%;
- Fundos de Ações (CVM), Art. 8º, inciso I: R\$ 31.947.343,29, correspondente a 19,3407%;
- Fundos de Ações (BDR/ETF), Art. 8º, inciso III: R\$ 822.422,60, correspondente a 0,4979%; e
- Investimentos estruturados classificados como multimercado, Art. 10, inciso I: R\$ 3.618.604,32, correspondente a 2,1907%.

No tocante ao desempenho da carteira no período, constatou-se resultado inferior à meta atuarial estabelecida, apresentando desempenho negativo e atingimento equivalente a -33,6923% da meta mensal, refletindo diferença de 133,6923% em relação ao objetivo atuarial projetado para o período. O resultado observado decorreu, principalmente, do desempenho desfavorável dos ativos alocados no segmento de renda variável, que apresentou retorno negativo acumulado de R\$2.106.946,88, impactado pela desvalorização expressiva de fundos expostos ao mercado acionário nacional, especialmente diante da elevada volatilidade observada no mercado financeiro no período.

Ressalta-se, contudo, que o segmento de renda fixa apresentou resultado positivo de R\$ 1.327.747,07, correspondente à rentabilidade de 1,0362%, mantendo desempenho praticamente alinhado à meta atuarial mensal, enquanto o segmento de investimentos estruturados apresentou retorno positivo de R\$ 197.295,07, destacando-se o fundo Western Asset US Index 500 Fundo Multimercado, que registrou rentabilidade de 5,7667% no período analisado. Diante do cenário observado, conclui-se que o desempenho verificado se encontra compatível com as condições conjunturais de mercado, não sendo identificadas inconsistências na estratégia de investimentos adotada pelo Instituto, permanecendo a carteira aderente aos benchmarks de referência e às diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos vigente.

Diante dos resultados apresentados, torna-se necessária a análise dos riscos associados à carteira, conforme exposto no tópico seguinte.

5. DA ANÁLISE DO RISCO

Considerando o desempenho observado e a composição da carteira, realizou-se a análise dos principais riscos inerentes aos investimentos, com o objetivo de verificar sua compatibilidade com o perfil do RPPS e com as diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos, conforme relação abaixo:

- Risco de mercado (volatilidade e marcação a mercado): possibilidade de perdas decorrentes da oscilação nos preços dos ativos financeiros, causada por variações em taxas de juros, inflação, câmbio e desempenho dos mercados;
- Risco de crédito: possibilidade de inadimplência ou deterioração da capacidade de pagamento do emissor do ativo financeiro;
- Risco de liquidez: dificuldade de converter um ativo em dinheiro de forma rápida, sem perda significativa de valor;
- Risco de concentração: quando há elevada alocação de recursos em um único ativo, emissor ou segmento, aumentando a exposição a perdas específicas;
- Risco sistêmico: eventos que afetam todo o sistema financeiro ou a economia como um todo, impactando simultaneamente diversos ativos.

A carteira de investimentos do RPPS apresenta perfil conservador com viés moderado, com nível de risco classificado como baixo a moderado, em razão da predominância de ativos de renda fixa, aliados à exposição controlada a ativos de maior volatilidade, compatível com os limites estabelecidos na política de investimentos para o exercício de 2026.

A partir da avaliação de risco, passa-se à análise do cenário econômico, elemento essencial para compreensão do comportamento dos ativos.

6. DO CENÁRIO ECONÔMICO

Analisando o cenário econômico do mês de maio de 2026, observou-se que o ambiente macroeconômico permaneceu marcado por cautela no mercado doméstico, diante da manutenção das pressões inflacionárias e da persistência de juros elevados, refletindo diretamente no comportamento dos ativos financeiros ao longo do período. O Banco Central manteve revisão das expectativas econômicas para o exercício de 2026, projetando a taxa Selic entre 13,00% e 13,50% ao ano, enquanto a inflação medida pelo IPCA permaneceu projetada em aproximadamente 5,09%, patamar superior ao teto da meta estabelecida para o período. No mês analisado, o IPCA referente ao mês de abril registrou variação positiva de 0,67%, acumulando inflação de 4,39% nos últimos doze meses.

Ao longo do mês, os títulos de renda fixa representados pelo índice IRF-M apresentaram rendimento positivo de 0,68%, enquanto os títulos indexados à inflação, representados pelo índice IMA-B, apresentaram rendimento de 0,31%. A bolsa brasileira, representada pelo índice Ibovespa, apresentou desvalorização de -7,23%, refletindo o cenário de elevada volatilidade observado no mercado acionário doméstico. O índice CDI, por sua vez, registrou rendimento de 1,07%, mantendo desempenho consistente em razão da permanência da taxa básica de juros em patamar elevado. No mercado internacional, a bolsa americana, representada pelo índice S&P 500, apresentou valorização de 5,15%, enquanto o dólar medido pela PTAX registrou valorização de 1,37% frente ao real, encerrando o período cotado a aproximadamente R\$ 5,05.

No cenário externo, permaneceram as incertezas relacionadas ao comportamento da economia global, à manutenção de juros elevados nas principais economias envolvidas e às tensões geopolíticas internacionais, fatores que continuaram contribuindo para maior volatilidade dos mercados financeiros globais e exigindo cautela adicional dos investidores institucionais. Nesse contexto, observou-se que os ativos de renda fixa mantiveram desempenho positivo e aderente às expectativas de mercado, enquanto os segmentos expostos à renda variável doméstica sofreram impactos mais significativos decorrentes do ambiente econômico observado no período.

Diante do contexto econômico apresentado, faz-se necessária a justificativa técnica da performance da carteira, especialmente no segmento de maior volatilidade.

7. DA JUSTIFICATIVA DA PERFORMANCE

Em consonância com o cenário econômico observado no período e com os resultados apurados nos relatórios de investimentos, verifica-se que o desempenho consolidado da carteira apresentou resultado inferior à meta atuarial estabelecida para o mês de maio de 2026, registrando rentabilidade negativa de -0,3496%, enquanto a meta atuarial apurada no período correspondeu a 1,0377%, resultando em atingimento equivalente a -33,6923% da meta mensal projetada. Tal resultado decorreu, principalmente, do comportamento desfavorável dos ativos alocados no segmento de renda variável, fortemente impactados pela elevada volatilidade observada no mercado acionário brasileiro ao longo do período.

Conforme demonstrado nos relatórios analisados, o segmento de renda variável apresentou retorno negativo acumulado de R\$ 2.106.946,88, influenciado especialmente pelas perdas registradas em fundos expostos ao mercado doméstico, com destaque para os fundos Oceana Valor 30 Hedge FIC FIA, AZ Quest Small Mid Caps Institucional, Rio Bravo Financeiro Ações, Meta Valor FIA, BB Ações Governança e demais ativos vinculados ao índice Ibovespa, o qual registrou no período desvalorização de -7,23%, refletindo o ambiente de instabilidade e maior aversão ao risco observado no mercado nacional.

Em contrapartida, os ativos classificados no segmento de renda fixa, que representam a maior parcela da carteira previdenciária, apresentaram desempenho positivo no período, registrando retorno financeiro de R\$ 1.327.747,07, correspondente à rentabilidade de 1,0362%, praticamente alinhada à meta atuarial mensal. Da mesma forma, o segmento de investimentos estruturados apresentou retorno positivo de R\$

197.295,07, equivalente à rentabilidade de 5,7667%, contribuindo parcialmente para mitigar os impactos negativos decorrentes da exposição aos ativos de renda variável.

Diante do exposto, conclui-se que o resultado observado no período decorre predominantemente das condições conjunturais de mercado e da volatilidade observada no segmento de renda variável, não sendo identificadas inconsistências, desenquadramentos ou inadequações na estratégia de investimentos adotada pelo Instituto. A carteira permanece adequadamente diversificada, integralmente enquadrada nos limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025, aderente à Política de Investimentos vigente e compatível com os princípios da segurança, liquidez, solvência, rentabilidade e equilíbrio atuarial que norteiam a gestão dos recursos previdenciários do Regime Próprio de Previdência Social.

Em ato contínuo, prossegue-se com a verificação do enquadramento normativo da carteira.

8. DO ENQUADRAMENTO NORMATIVO

Em complemento às análises anteriores, constatou-se que a carteira permanece em conformidade com os limites de alocação da Resolução CMN nº 5272/2025, observando ainda:

- horizonte de longo prazo;
- necessidade de liquidez;
- equilíbrio entre risco e retorno.

O Comitê manifesta que a estratégia adotada, considerou a aderência à política de investimentos para 2026, cenário econômico e equilíbrio atuarial.

Ressalta-se a necessidade de aprimoramento contínuo da metodologia de ALM, e, no âmbito da gestão prudencial, apresenta-se, ainda, a análise de diligência dos investimentos.

9. DILIGÊNCIA DOS INVESTIMENTOS (DUE DILIGENCE)

No exercício de suas atribuições, o Comitê de Investimentos realiza a análise diligente dos ativos integrantes da carteira, com vistas a assegurar a conformidade, a segurança e a eficiência das aplicações realizadas. Foram analisados:

- análise do desempenho histórico dos ativos integrantes da carteira;
- avaliação da consistência da gestão realizada pelas instituições financeiras credenciadas;
- verificação do enquadramento regulatório dos ativos em conformidade com a Resolução CMN nº 5.272/2025;
- análise dos riscos associados às aplicações financeiras, especialmente risco de mercado, liquidez, crédito e concentração;

- acompanhamento e atualização dos processos de credenciamento das instituições financeiras autorizadas a operar com recursos do RPPS;
- análise documental e avaliação técnica do Fundo Caixa Topázio Corporativo Responsabilidade Limitada Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI LP, incluindo exame de enquadramento normativo, política de investimentos, estrutura operacional, liquidez e compatibilidade com a estratégia atualmente adotada pelo Instituto;
- avaliação da manifestação técnica encaminhada pela consultoria especializada Di Blasi Consultoria Financeira, a qual apresentou parecer favorável quanto à viabilidade de futura alocação de recursos no referido fundo;
- definição, para fins de gestão prudencial, do ativo identificado como FI Caixa Brasil IRF-M 1 Títulos Públicos Renda Fixa, CNPJ: 10.740.658/0001-93, como fundo prioritário para eventuais resgates em situações de inadimplemento temporário dos repasses previdenciários obrigatórios por parte dos entes patrocinadores;
- registro da alteração administrativa do fundo Western Asset US Index 500 Fundo Multimercado (CNPJ nº 17.453.850/0001-48), em razão da substituição de sua instituição administradora, passando a ser administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com adoção das providências necessárias à atualização e formalização de novo processo de credenciamento institucional.

As análises, deliberações e providências adotadas pelo Comitê foram realizadas com base em critérios estritamente técnicos, documentação formal de suporte, relatórios especializados de consultoria financeira e observância integral às boas práticas de governança e controle aplicáveis à gestão dos recursos previdenciários do Regime Próprio de Previdência Social.

10.DA DELIBERAÇÃO

Considerando as análises técnicas apresentadas, o Comitê de Investimentos procedeu à deliberação acerca da estratégia adotada para a gestão dos recursos previdenciários.

RPPS: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município De Viçosa/MG

CNPJ: 05.665.754/0001-84

TOTAL DOS ATIVOS: R\$ 165.182.119,95

O Comitê deliberou pela aprovação das estratégias adotadas para gerenciamento dos recursos previdenciários durante o mês de maio de 2026, bem como pela manutenção da estratégia de diversificação da carteira, priorizando equilíbrio entre segurança, liquidez, rentabilidade e preservação patrimonial dos recursos previdenciários. Foi igualmente aprovada a possibilidade de futura alocação de recursos no Fundo Caixa Topázio Corporativo Responsabilidade Limitada Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI LP, considerando a manifestação técnica favorável emitida pela consultoria especializada Di Blasi Consultoria Financeira, permanecendo eventual movimentação financeira condicionada à avaliação de oportunidade e conveniência da gestão.

Adicionalmente, o Comitê deliberou que, em situações excepcionais de atraso ou inadimplemento temporário dos repasses previdenciários obrigatórios por parte dos entes patrocinadores, os eventuais resgates destinados à cobertura financeira das obrigações previdenciárias deverão ocorrer prioritariamente a partir do ativo identificado internamente como Código Contábil nº 60 – FI Caixa Brasil IRF-M 1 Títulos Públicos Renda Fixa, CNPJ: 10.740.658/0001-93, considerando sua adequada liquidez, segurança e menor impacto sobre a estratégia global da carteira previdenciária.

Adicionalmente, as decisões observaram, ainda, as diretrizes de governança e controle interno, conforme exposto a seguir.

11. DAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA E CONTROLES INTERNOS

No âmbito da governança institucional, o Comitê de Investimentos atua em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Pró-Gestão RPPS, visando ao fortalecimento dos controles internos e à transparência da gestão, observando:

- continuidade das adequações relacionadas ao Pró-Gestão RPPS;
- acompanhamento dos relatórios mensais da consultoria Di Blasi;
- monitoramento dos atrasos nos repasses da Prefeitura e comunicação formal aos órgãos competentes;
- definição prévia de fundo com liquidez (Código 60) para eventual inadimplemento;
- abertura da conta específica do Fundo Especial da Procuradoria (segregação financeira);
- atualização/credenciamento de instituições financeiras;
- atualização de administrador do Western Asset e providência de novo credenciamento;
- elaboração do Regimento Interno do Comitê;
- utilização de estudos ALM como instrumento de suporte decisório.

Com base nas análises e práticas adotadas, apresenta-se a conclusão do Comitê.

12. DA CONCLUSÃO

Diante do conjunto das análises técnicas realizadas, dos relatórios financeiros examinados e da avaliação do cenário econômico, o Comitê de Investimentos conclui que, embora o desempenho da carteira no mês de maio de 2026 tenha se apresentado inferior à meta atuarial projetada, em razão principalmente da volatilidade observada no segmento de renda variável e das condições conjunturais do mercado financeiro, não foram identificadas inconsistências técnicas, desenquadramentos normativos ou inadequações na estratégia adotada. A carteira permaneceu integralmente aderente às disposições da Resolução CMN nº

5.272/2025, à Política de Investimentos vigente e aos objetivos atuariais do Regime Próprio de Previdência Social.

Registra-se, ainda, que no período foram adotadas importantes medidas de governança e controle, incluindo o acompanhamento dos atrasos nos repasses previdenciários do ente municipal, a definição de ativo com liquidez imediata para eventual cobertura de obrigações previdenciárias, a operacionalização da conta específica do Fundo Especial da Procuradoria e o acompanhamento contínuo dos processos de credenciamento e diligência das instituições financeiras. Dessa forma, o Comitê manifesta-se favoravelmente à manutenção da estratégia atualmente adotada, entendendo que a gestão dos recursos previdenciários permanece compatível com o cenário econômico vigente, observando os princípios da segurança, liquidez, rentabilidade, diversificação e equilíbrio financeiro e atuarial do Instituto.

13.DAS RECOMENDAÇÕES

Sem prejuízo das conclusões apresentadas, o Comitê propõe as seguintes recomendações, com vistas ao aprimoramento contínuo da gestão dos investimentos:

- Prosseguir com as adequações relativas ao Pró-Gestão RPPS;
- Manter acompanhamento dos repasses previdenciários dos entes vinculados;
- Manter sob monitoramento técnico a possibilidade de futura alocação de recursos no Fundo Caixa Topázio Corporativo Responsabilidade Limitada Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI LP;
- Dar continuidade à utilização dos estudos Asset Liability Management – ALM como ferramenta de apoio às decisões de investimento.

14.DOS ENCAMINHAMENTOS

Para fins de conhecimento, acompanhamento e adoção das providências cabíveis, o presente parecer será encaminhado aos seguintes órgãos:

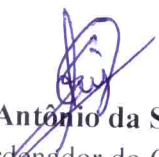
- Diretoria Administrativo Financeira;
- Diretoria Executiva; e
- Conselho Fiscal.

15.DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

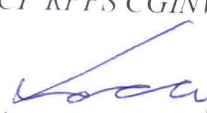
O presente parecer possui caráter técnico e opinativo, sendo elaborado no exercício das competências legais e regimentais do Comitê de Investimentos, com base nas informações e documentos disponibilizados à época da análise, não constituindo decisão vinculante, nem substituindo as deliberações dos órgãos competentes do RPPS, aos quais compete a decisão final.

Viçosa-MG, 22 de junho de 2026.

O COMITÊ DE INVESTIMENTOS:


Edivaldo Antônio da Silva Araújo
Coordenador do Comitê
CPRPPS DIRIG II e CP RPPS CGINV I


Clarice Pereira de Paiva Ribeiro
Membro do Comitê
CP RPPS CGINV I


Luis Roberto Andrade
Membro do comitê
CP RPPS CGINV I


Monique da Silva Santana
Membro do Comitê
CP RPPS CGINV I